

Lei nº 8.596/2018 c/c o art. 99, II, da Lei nº 5.810/1994, de 60 (sessenta) dias da licença-prêmio não gozada da servidora Heliana Maria Rocha Martins, matrícula nº 200180, relativa ao triênio 2016/2019.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 12 de setembro de 2019
SILAINE KARINE VENDRAMIN
PROCURADORA-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 474863

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N.º 5085/2019-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a manifestação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará bem como a certidão de indicação de outro Membro para atuar no Inquérito Civil n.º 000382/2010 – MP/PJ/DPP/MA e SIMP N.º 000168-150/2014.

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça Dr. Evandro de Aguiar Ribeiro para atuar nos autos do Inquérito Civil acima identificado e tomar providências cabíveis. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 29 de agosto de 2019.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 5444/2019-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a manifestação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará bem como a certidão de indicação de outro Membro para atuar no Inquérito Civil n.º 000040-804/2018.

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça Dra. Juliana Freitas dos Reis para atuar nos autos do Inquérito Civil SIMP n.º 000040-804/2018, e tomar providências cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 17 de setembro de 2019.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 474925

CONTRATO

N.º. DO CONTRATO: 121/2019-MP/PA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2019-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI - ME.

Objeto: SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO VIA INTERNET, EDIÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁUDIO E VÍDEO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Data da Assinatura: 17/09/2019.

Vigência: 18/09/2019 a 17/09/2020

Valor Global: R\$ 93.993,84 (Noventa e três mil novecentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326 - 3390-40;

Fonte de Recurso: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dra. Cândida De Jesus Ribeiro Do Nascimento.

Protocolo: 474851

OUTRAS MATÉRIAS

RESUMO DA PORTARIA N.º 005/2019/PJSDA

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARA-
GUAIA torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça.

PORTARIA N. 005/2019/PJSDA

ORIGEM: Procedimento Preparatório n. 008/2018

Instauração de Procedimento Preparatório com a finalidade de apurar suposta prática de irregularidades por servidores públicos lotados na ADEPARÁ São Domingos do Araguaia, 23 de agosto de 2019.

Patrícia Pimentel rabelo andrade

Promotora de Justiça

Protocolo: 474800

2º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO

EXTRATO DA PORTARIA N.º 034/2019-MP/2ª PJR

A 2ª Promotora de Justiça de Redenção, com fundamento no Art.54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Inquérito Civil Pú-

blico autuado sob o nº 004923-070/2019, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Redenção, situada na Av. Manoel Vicente Pereira, s/nº, Lotes 20/25 – Parque dos Buritis – CEP. 68.552-760 – Redenção/PA.
Portaria nº 034/2019-MP/2ª PJR

Interessados:

Samuel José da Silva

Fredson Pereira da Silva

Objeto: “Apurar supostas irregularidades consistentes na cobrança indevida de valores como condição para emissão de certidão de tempo de serviço”.

Lorena Moura Barbosa de Miranda –

Promotora de Justiça Titular da 2ª PJ Redenção.

Protocolo: 474737

2º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO

EXTRATO DA PORTARIA N.º 035/2019-MP/2ª PJR

A 2ª Promotora de Justiça de Redenção, com fundamento no Art.54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório autuado sob o nº 004952-070/2019, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Redenção, situada na Av. Manoel Vicente Pereira, s/nº, Lotes 20/25 – Parque dos Buritis – CEP. 68.552-760 – Redenção/PA.

Portaria nº 035/2019-MP/2ª PJR

Interessados:

Município de Redenção

Objeto: “Apurar possível violação aos princípios administrativos no que se refere ao edital de convalidação das inscrições do concurso público nº 001/2013”.

Lorena Moura Barbosa de Miranda –

Promotora de Justiça Titular da 2ª PJ Redenção.

Protocolo: 474766

EXTRATO DA PORTARIA N.º 036/2019-MP/2ª PJR

A 2ª Promotora de Justiça de Redenção, com fundamento no Art.54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo autuado sob o nº 004983-070/2019, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Redenção, situada na Av. Manoel Vicente Pereira, s/nº, Lotes 20/25 – Parque dos Buritis – CEP. 68.552-760 – Redenção/PA.

Portaria nº 036/2019-MP/2ª PJR

Interessados:

Gleydson da Silva Arruda

Objeto: “apurar supostas irregularidades em atuação de advogado da Superintendência do Sistema Penitenciário”.

Leonardo Jorge Lima Caldas –

Promotor de Justiça Respondendo pela 2ª PJ Redenção.

Protocolo: 474723

PROVIMENTO N.º 004/2019 - MP/CGMP

Dispõe sobre a instituição do “Diploma de Honra ao Mérito” a ser conferido, anualmente, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, nos termos do que preceitua o art. 17, caput, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 37, incisos XIII e XIV, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, e CONSIDERANDO que o art. 37, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, confere ao Corregedor-Geral atribuições de expedir atos normativos visando à regularidade e aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público, nos limites de suas atribuições;

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 233, inciso III, da Lei Complementar nº 057, de 2006 que instituiu o “Diploma de Honra ao Mérito” a ser concedido anualmente, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao autor do melhor trabalho forense em cada categoria ou entrância, efetivamente apresentado, de 1º de janeiro a 31 de outubro de cada ano, pelos membros do Ministério Público em processo judicial ou procedimento administrativo em que tiver oficiado;

CONSIDERANDO que o § 6º do art. 233 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, prevê que compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público disciplinar, em ato normativo, a forma de apresentação e a seleção dos trabalhos ensejadores do referido prêmio;

CONSIDERANDO a necessidade de reforçar a transparência do processo de seleção e premiar e estimular o bom desempenho das atividades funcionais dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria-Geral determinar, organizar e supervisionar os assentamentos relativos às atividades funcionais dos membros do Ministério Público, coligindo todos os elementos necessários à apuração de seu merecimento;

CONSIDERANDO, ainda, que os assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público deverão conter documentos e trabalhos relativos ao exercício de suas atribuições, bem como obtenção de prêmio, diploma, título, medalha e outras distinções de relevância, relacionados ao exercício das funções institucionais do Ministério Público, por força do disposto no art. 37, § 1º, alínea “b” e “m”, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006,

R E S O L V E:

Art. 1º - Regular o processo de concessão do “Diploma de Honra ao Mérito” instituído pelo art. 233, inciso III, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006.

Art. 2º - O “Diploma de Honra ao Mérito” será conferido pelo Corregedor-Geral, ao autor do melhor trabalho forense em cada categoria ou entrância, dentre aqueles inscritos para esse fim, no período de 1º de janeiro a 31 de outubro, de cada ano, pelos membros do Ministério Público, em processo judicial ou procedi-